

LEI Nº 2.799, DE 23 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANINDÉ, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Canindé aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO – I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Orgânica desta Municipalidade, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2027:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. A organização e estrutura dos orçamentos;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV. As disposições sobre as vinculações com Educação e Saúde;
- V. As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI. As disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VIII. As disposições finais.

§ 1º Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

§ 2º O Poder executivo poderá prover adequações nas Unidades Gestoras e Orçamentárias, alterar denominações, incluir novas unidades e excluir as inadequadas, desde que as mudanças na estrutura organizacional e administrativa sejam aprovadas por lei específica.

§ 3º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como nas normas vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo compatível com as metas fiscais relativas às receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública, compreendendo os seguintes demonstrativos:

- I. Anexo I, Especificação da Receita;
- II. Adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

- III. Adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV. Anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. Quadros demonstrativos dos Adendos, V, VI, VII, VIII e XI.

§ 4º O Anexo de Metas Fiscais poderá ser alterado sempre que se fizerem necessárias revisões, atualizações ou inclusões de novas metas, inclusive por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual.

§ 5º As alterações que impliquem modificação das metas fiscais estabelecidas deverão ser encaminhadas para apreciação e deliberação do Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO – II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, para o exercício de 2027, serão as constantes do Anexo de Metas e Prioridades integrante desta Lei, elaboradas em conformidade com o Plano Plurianual vigente 2026-2029 lei nº 2.766/2025, de 16 de dezembro de 2025.

§ 1º Constitui prioridade da Administração Pública Municipal, para o exercício financeiro de 2027, a promoção da igualdade de gênero e a garantia dos direitos das mulheres.

§ 2º Os **anexos de metas fiscais e riscos fiscais**, integrarão a presente lei para fins de orientação da elaboração e execução orçamentária para o exercício de 2027, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas, deverão ser preenchidos de acordo com as metas estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional:

- a) Anexos de Riscos Fiscais – ARF - Tabela 1 - Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;
- b) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 1 - Demonstrativo 01 – metas anuais;
- c) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 2 - Demonstrativo 02 – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- d) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 3 - Demonstrativo 03 – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- e) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 4 - Demonstrativo 04 – evolução do patrimônio líquido;
- f) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 5 - Demonstrativo 05 – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- g) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 6 - Demonstrativo 06 – avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- h) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 7 - Demonstrativo 07 – estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 8 - Demonstrativo 08 – margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 3º Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outra ocorrência no **SISTEMA**

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

MONETÁRIO NACIONAL, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado para adequá-la os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

§ 4º Os projetos constantes do Plano Plurianual de Custeio e Investimento poderão ser revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro) anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 3º As receitas próprias dos órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, serão programadas de forma a assegurar o atendimento de suas despesas administrativas e operacionais, inclusive com pessoal e encargos sociais, bem como o cumprimento de obrigações financeiras, tais como juros e amortização da dívida.

Parágrafo único. Após asseguradas as despesas de que trata o caput, os recursos poderão ser destinados à realização de investimentos, observado o equilíbrio fiscal e a continuidade dos serviços públicos.

CAPÍTULO – III **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO**

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido ao disposto no Artigo 22, da Lei Federal n.º 4.320/64, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. Texto de lei;
- II. Consolidação dos quadros orçamentários;
- III. Anexos dos orçamentos, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- II. Do resumo das despesas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III. Da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- IV. Das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- V. Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

VI. Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa e grupo de despesa;

VII. Dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

§ 2º Acompanhará o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares decorrente de isenções de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;

§ 3º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia e das premissas utilizadas.

CAPÍTULO – IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 5º Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Órgãos e Fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Legislativo, os Órgãos descentralizados e as Secretarias de Governo, as administrações dos Fundos Especiais, demais administrações dos órgãos públicos municipais encaminharão até o dia 25 de agosto de 2026, à Secretaria de Finanças, Administração e Planejamento, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

Art. 7º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação.

§ 1º As categorias de programação de que trata o caput deste artigo poderão ser identificadas por projetos e atividades, com indicação das respectivas ações a serem executadas.

§ 2º O detalhamento das ações orçamentárias, quando necessário, será realizado de forma a permitir melhor identificação de seus objetivos e resultados.

§ 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderá ser atribuído a cada ação, para fins de processamento, um código numérico sequencial.

§ 4º O enquadramento das ações na classificação funcional-programática deverá observar os objetivos dos programas, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

§ 5º As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos sequenciais da proposta original.

§ 6º As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser ajustadas mediante ato do Poder Executivo, desde que não haja alteração da finalidade da despesa e sejam observadas as disposições legais vigentes.

Art. 8º A Conta Orçamentária destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (00.00.00.000.0000.0.000.0000) conforme abaixo:

- I. 00 = Código inicial que identifica o órgão
- II. 00 = Código que identifica a Unidade Orçamentária;
- III. 00 = Código que identifica a função;
- IV. 000 = Código que identifica a Subfunção;
- V. 0000 = Código que identifica o Programa segundo o PPA;
- VI. 0 = Tipo de Conta Orçamentária Projetos ou Atividades, sendo números ímpares projetos e números pares Atividades;
- VII. 000 = Código que identifica a sequência dos projetos ou atividades.
- VIII. 0000 = Código que identifica a sequência dos subprojetos ou subatividades, caso exista necessidade na conta orçamentária.

Art. 9º Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem, podendo ser colocado na mensagem de Lei.

§ 2º Cada projeto de lei e decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituam os Artigos 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 10. Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á:

a) Nas previsões de receitas:

- I – Observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.
- II – Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- III – Poderá ser aberta Operação de Crédito mediante autorização por Lei Específica e o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007/2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

IV – Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.

b) Na programação da despesa não poderão ser:

I – Fixadas despesas, sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;
II – Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;

III – Atenderá ao Princípio da Unidade de Tesouraria, todas as receitas orçamentárias estarão centralizadas.

Parágrafo Único. O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite total do orçamento fixado.

Art. 11. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

Art. 12. As dotações a título de subvenções sociais deverão ser destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – Seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, Cultura e Esportes;

II – Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

IV – Ter sede ou desenvolvam suas atividades no Município;

V – Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2027 e comprovante de regularização do mandato de sua diretoria.

§ 2º A destinação de recursos à entidade privada com sede no município para atendimento às ações de assistência social, saúde, educação, cultura e esportes serão realizadas por intermédio de transferências intergovernamentais, mediante plano de aplicação indicada a unidade de medida de desempenho e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer até o último dia útil do Exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos:

a. Relatório consubstanciados das atividades;

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007/2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

- b. Balancete Financeiro;
- c. Recolhimento do saldo monetário que houver;
- d. Comprovação de desempenho.

§ 3º A destinação de recursos transferidos diretamente pelo Sistema Único de Saúde, para entidades que estejam vinculadas a União, deverá ser feito mediante receita e despesa orçamentária demonstrando à origem de recurso, ao qual, o Município atua apenas como transferidor e na fiscalização do recurso transferido.

Art. 13. É vedada a inclusão de dotação, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. Voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental.
- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais; e,
- III. Voltadas para as ações de saúde prestadas por entidade vinculada ao SUS ou quando financiadas com recursos de organismos internacionais.
- IV. Para Associações de classe mediante repasse com prestações de contas que seus recursos foram destinados aos Associados.
- V. Mediante aplicação de recursos por entidades sociais locais para execução de pequenas obras e investimentos necessários a comunidade, mediante apresentação de prestação de contas e prévio projeto de aplicação dos recursos.

Art. 14. As transferências de recursos do Município consignadas na Lei Orçamentária Anual, a qualquer título, para pessoas físicas ou jurídicas, inclusive auxílios, contribuições e patrocínios, serão realizadas em conformidade com a legislação vigente, mediante instrumento jurídico adequado, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º As transferências dependerão da comprovação, por parte do beneficiário, de que não se encontra inadimplente com:

- I - A Fazenda Pública Federal, inclusive quanto às contribuições sociais previstas nos arts. 195 e 239 da Constituição Federal;
- II - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- III - A prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal;
- IV - A Fazenda Pública Municipal.

§ 2º As transferências previstas neste artigo deverão ser precedidas de plano de trabalho, contendo a descrição do objeto, metas, indicadores e cronograma de execução.

§ 3º Caberá ao órgão concedente acompanhar e fiscalizar a execução do objeto pactuado, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

§ 4º A concessão de apoio financeiro a atividades culturais e desportivas deverá observar a legislação específica, bem como o interesse público, mediante critérios objetivos previamente estabelecidos.

§ 5º Os recursos destinados a associações ou entidades representativas deverão estar vinculados a finalidades de interesse público, com adequada prestação de contas, vedada a destinação para benefícios individuais sem previsão legal.

Art. 15. Será constituída, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, RESERVA DE CONTINGÊNCIA aos respectivos orçamentos até o limite máximo de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, ficando os critérios e regras para sua utilização exigida no inciso III do art. 5º da LRF, estabelecidos da seguinte forma:

§ 1º Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos na Lei Orçamentária 2027, somente para Suplementação de Despesas relativas eventos fiscais imprevistos e falhas na previsão orçamentária devidamente justificados e observando a legislação vigente, relacionados a:

- I - Investimentos;
- II - Pessoal e Encargos Sociais;
- III - Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;
- IV - Inserção de Despesas novas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;

§ 2º Atendimento de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais imprevistos;

§ 3º Considerando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, caso não seja utilizada a Reserva de Contingência durante o exercício, está poderá ser anulada nos últimos 61 (sessenta e um) dias no ano para reforço das dotações orçamentárias.

Art. 16. À programação a cargo da Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I. Pagamento da dívida interna; e,
- II. Pagamentos dos precatórios sob o controle da Procuradoria Municipal de acordo com as Funções de Governo.

§ 1º As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

§ 2º Os programas de Educação e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e efetuadas as transposições de dotações que se fizerem necessários observando a legislação vigente, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas,

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção dos efeitos da descentralização.

§ 3º O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para os cumprimentos de suas obrigações constitucionais e, os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.

§ 4º A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação e saúde obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

Art. 16-A Na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2027, o Poder Executivo observará a prioridade prevista no § 1º do art. 2º desta Lei, priorizando a previsão de dotações orçamentárias destinadas à implementação, manutenção e ampliação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e à garantia dos direitos das mulheres, especialmente nas áreas de:

- I – prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher;
- II – assistência social e fortalecimento da rede de proteção e atendimento às mulheres;
- III – saúde integral da mulher;
- IV – autonomia econômica, qualificação profissional, inclusão produtiva e geração de renda;
- V – educação, cidadania e promoção da igualdade de direitos.

Art. 17. O Sistema de Controle Interno do Município adotará as providências necessárias à identificação, apuração e registro de responsabilidades decorrentes da aplicação irregular de recursos públicos, devendo os valores correspondentes ser registrados em conta específica e, quando for o caso, inscritos em dívida ativa em nome do responsável, em conformidade com o disposto nos arts. 70 e 74 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A baixa da responsabilidade registrada ou sua conversão em dívida ativa observará o resultado do julgamento das contas pelos órgãos de controle competentes, bem como o efetivo ressarcimento ao erário, quando for o caso.

Art. 18. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto da Constituição Federal, e conterà, dentre outros.

§ 1º A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

§ 2º As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

I. Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;

II. Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;

III. Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Art. 19. O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 20. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

Art. 21. Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais, contribuições recolhidas às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – Relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V – Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeadas por recursos provenientes:

a) A arrecadação de contribuições dos segurados;

b) Da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) Das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

CAPÍTULO – V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007/2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

Art. 22. A Lei Orçamentária Anual consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da Receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências constitucionais relativas à participação dos municípios na arrecadação da União e dos Estados, visando à manutenção e o desenvolvimento do ensino, nos termos do Art. 212, da Constituição federal e do Art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 23. Os Recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), na forma da Lei Federal nº 14.113/2020, serão identificados por código próprio, relacionado a sua origem e a sua aplicação.

Art. 24. A Lei Orçamentária Anual consignará no mínimo de 15% (quinze por cento) da Receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências constitucionais relativas à participação dos municípios na arrecadação da União e dos Estados, para aplicação em ações de saúde pública, na forma da Lei Complementar nº 141/2012.

Art. 25. Para fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida estabelecidas as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Art. 26. O aumento, reajuste salarial e a concessão de vantagens dos Servidores e Cargos Públicos, de acordo com o piso salarial e Legislação de cada profissão, por cargos ou de forma geral, será autorizado de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras por Lei Municipal Específica, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- I – As exigências dos artigos. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;
- II – O limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo Único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 27. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei será realizada ao final de cada Quadrimestre ou Semestre de acordo com as regras estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

- I – Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II – Criação de cargo, emprego ou função;
- III – Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

Parágrafo Único. No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

Art. 29. A Contratação através de Concurso Público poderá ocorrer conforme previsão no § 1º, do art. 169, da Constituição Federal, efeito do disposto nos incisos I, II, e X, do art. 37 e inciso II, bem como na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido que a contratação de cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão somente ocorrerá se:

- I - Existirem cargos ou empregos vagos a preencher;
- II - Prévia dotação orçamentária e financeira para atender a despesa, podendo ser suplementada até ao limite de suplementação de acordo com as normas estabelecidas pelo Art. 165 § 8º da Constituição Federal e Art. 43 da lei 4.320/64;
- III - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

CAPÍTULO – VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. Será objeto de projetos de Lei no que couber as adequações do sistema tributário destinadas a expandir a base de tributação, aumentar as receitas próprias e corrigir distorções existentes, obedecendo sempre os princípios norteadores constitucionais e tributários.

Art. 31. As medidas previstas no artigo anterior levarão em conta:

- I – Os efeitos socioeconômicos da proposta;
- II – A capacidade Econômica do contribuinte;
- III – A Capacidade do tesouro municipal de suportar o impacto financeiro da proposta;
- IV – A modernização do relacionamento tributário entre os sujeitos ativos e passivos da obrigação tributária;
- V – A Localização;
- VI – A geração de emprego;

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

VII – A distribuição de renda.

Art. 32. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar n. 101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na diminuição de Despesas Públicas.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral ou específico, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Art. 33. O cancelamento ou a não propositura de cobrança judicial de créditos inscritos em dívida ativa poderá ocorrer quando o custo de sua cobrança for superior ao valor do crédito, mediante justificativa técnica e observada a legislação vigente.

Art. 34. Não será aprovado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira sem a apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita correspondente, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de que trata o caput somente entrará em vigor após a implementação das medidas de compensação previstas na legislação vigente.

Art. 35. É vedado ao Município, durante a execução orçamentária do exercício a que se refere esta Lei, após a constituição do crédito tributário e sua regular notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I - Conceder anistia, remissão ou redução de tributos;
- II - Deixar de cobrar acréscimos legais decorrentes de atraso no pagamento;
- III - Ampliar o número de parcelas para pagamento de débitos, ressalvados os casos previstos em lei específica;
- IV - Proceder ao encontro de contas;

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

V - Efetuar compensação entre créditos do contribuinte e débitos relativos a tributos municipais, fora das hipóteses legalmente previstas.

Parágrafo único. Os valores dos tributos poderão ser atualizados monetariamente, observando-se:

- I - O valor venal dos bens imóveis, conforme o mercado imobiliário;
- II - Os custos operacionais dos serviços públicos prestados ao contribuinte.

CAPÍTULO – VII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 36. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- I – A disponibilidade da conta Bancos constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- II – A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar O resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;
- III – As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;
- IV – As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
- V – As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

Art. 37. No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho do corrente exercício (2026), apresentando-se a receita nos três últimos exercícios financeiros.

§ 1º Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias, como também, sofre anulações parciais e/ou totais;

§ 2º Os valores constantes do projeto de lei orçamentária poderão ser atualizados na Lei Orçamentária Anual com base em índices oficiais de inflação, quando necessário, visando à preservação do equilíbrio orçamentário.

§ 3º Os ajustes decorrentes da atualização de valores poderão ser incorporados às dotações orçamentárias durante a execução do orçamento, mediante os instrumentos legais apropriados.

§ 4º Para fins de apuração da base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, poderão ser excluídas as receitas com destinação específica

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007/2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. O Poder Legislativo terá como limites de suas despesas correntes e de capital em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva Proposta Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 29-A da CF/88, no máximo do valor de 7% (sete por cento), em observância a projeção da Receita prevista no art. 29-A da Constituição Federal, com base nos valores efetivamente arrecadados até o mês de junho de 2026, facultado em comum acordo dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, promover revisão dos ajustes necessários em Fevereiro de 2027, conforme o resultado apurado de Dezembro/2026, mediante Crédito Suplementar.

§ 1º A transferência de recursos referentes aos Duodécimos à Câmara Municipal, obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária.

§ 2º Durante a execução orçamentária no exercício de 2026, caso haja a quitação de despesas específicas do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, as mesmas poderão ser deduzidas da parcela duodecimal a ser repassada no mês que ocorrer referido pagamento.

Art. 39. A partir do início do exercício de 2027, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2027, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC N.º 101/2000.

Art. 40. Fica autorizado o Município celebrar convênios com instituições bancárias visando à abertura de linhas de créditos para empréstimo financeiro e/ou para bens e serviços em favor dos Servidores e Empregados Municipais, vedado disposição de garantias de recursos municipais para cobertura do principal, de encargos financeiros e operacionais, inclusive, pertinente a inadimplências, devendo correr por inteira responsabilidade dos beneficiários, restringindo o Município como partícipe respondendo apenas pelas retenções das consignações em folha de pagamento para recolhimento a instituição financiadora.

Art. 41. A prestação de contas anual do Município constará nos moldes da Lei Federal 4.320/64, constará dos anexos exigidos sobre a execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

Art. 42. Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 43. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 44. Caso a Proposta Orçamentária não seja remetida pelo Poder Legislativo até 30 de dezembro de 2026 para sanção do Poder Executivo, ficam autorizados os atos administrativos, por Decreto do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito de suas dotações, no início

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

de exercício financeiro de 2027, utilizando-se, a cada mês, 1/12 (UM DOZE AVOS) do valor Total da Proposta do Projeto de Lei em tramitação no Poder Legislativo.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo, não sendo considerado como Crédito Adicional Especial, Extraordinário e/ou Suplementar para fins dos limites estabelecidos nas autorizações.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por Decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput as despesas com:

- I - Pessoal e encargos sociais;
- II - Serviço da dívida;
- III - Despesas essenciais à manutenção dos serviços públicos;
- IV - Ações em execução financiadas com recursos vinculados;
- V - Manutenção dos serviços de saúde e educação.

§ 4º A execução provisória observará os limites das dotações constantes do projeto de lei orçamentária em tramitação.

Art. 45. Ficam autorizadas as despesas a serem incluídas no orçamento para o exercício de 2027, destinadas a custear:

- I – Apoio institucional às atividades de segurança pública, do Poder Judiciário, das Forças Armadas e do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, inclusive mediante fornecimento de alimentação, hospedagem e manutenção de viaturas, quando necessário ao atendimento do interesse público municipal;
- II – Doações e auxílios, por intermédio da assistência social, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, com atenção prioritária às pessoas com deficiência (PCD), às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como aos estudantes e ao desporto comunitário e de rendimento;
- III – Ações e serviços públicos de saúde da mulher, inclusive prevenção, diagnóstico precoce e tratamento, bem como a ampliação da rede de atenção primária à saúde na zona rural do Município;
- IV - Ações, programas e serviços voltados à promoção, proteção e garantia dos direitos da primeira infância;
- V - Suprimento de fundos, nos termos da legislação vigente;
- VI - Convênios com outras esferas de governo, com ou sem contrapartida municipal, quando destinados à ampliação ou à garantia da prestação de serviços de interesse da população do Município;
- VII - Participação em consórcios públicos intermunicipais, desde que previamente autorizados por lei específica;
- VIII - Pagamento de precatórios e encargos financeiros decorrentes de obrigações legais;

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

IX - Fornecimento de refeições e lanches, quando vinculados ao interesse público, em atividades institucionais ou em situações de trabalho extraordinário.

X - Ações e serviços públicos voltados à proteção e bem-estar animal, tais como castração, vacinação, encoleiramento, atendimento de emergência em clínicas veterinárias cadastradas junto ao município, para atender animais em situação de abandono e de tutores comprovadamente de baixa renda, de ONGs e Associações que atuam na proteção e bem-estar animal. Estabelecendo percentuais e valores na LOA -2027.

XI – programas, projetos, atividades e ações destinados à promoção da igualdade de gênero e à garantia dos direitos das mulheres.

§ 1º As refeições e lanches, quando necessárias, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, e com membros da Edilidade municipal, Secretários e Servidores Públicos Municipais, Membros de Conselhos Municipais, bem como, por ocasião de horários extraordinários dos servidores para execução de serviços.

§ 2º As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com o controle e acompanhamento do Órgão de Assistência Social.

Art. 46. A fixação das despesas deve estar compatível com a real previsão das receitas, de tal forma que a execução orçamentária seja efetuada com permanente equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 47. Em caso de frustração de receitas que comprometa o cumprimento das metas fiscais, poderá ser promovida a limitação de empenho e movimentação financeira, observados critérios técnicos e prioridades estabelecidas pela administração, preservadas as despesas obrigatórias.

Art. 48. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atender ao teto do cronograma de desembolso bimestral, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de cada Poder.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 49. Os programas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos já prestados à população terão prioridades sobre as despesas com sua expansão e com novos investimentos.

Art. 50. Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os Limites fixados para cada modalidade de aplicação dentro do mesmo órgão.

Parágrafo Único. Fica autorizado o remanejamento, a transferência dos saldos dentro do mesmo órgão das Fontes de Recurso, dentro da mesma modalidade de aplicação da classificação por categoria econômica.

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

Art. 51. Fica prevista a possibilidade de alienação de bens municipais, em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei 14.133/2021 e a Lei Complementar 101/2000.

Art. 52. Ficará o Chefe do Poder Legislativo e Executivo, no âmbito de suas respectivas dotações orçamentárias, autorizados a efetuar Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento 2027 nos seguintes Limites:

§ 1º Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Superávit Financeiro previsto no Art. 43 §1º inciso I da Lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao superávit financeiro calculado entre a diminuição do ativo financeiro e o passivo financeiro apurado com base no Balanço Geral do exercício anterior.

§ 2º Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Excesso de Arrecadação previsto no Art. 43 §1º inciso II da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos à diferença apurada entre o total a ser arrecadado até o mês, considerando a proporção arrecadada proporcionalmente ao total do orçamento ou a proporção arrecadada no exercício anterior em confronto com o valor efetivamente arrecadado.

§ 3º Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Anulação de Dotação previsto no Art. 43 §1º inciso III da lei 4.320/64 até o limite de 60% (sessenta por cento) em função do valor total da Lei Orçamentária sancionada para o ano de 2027.

§ 4º Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Operações de Crédito previsto no Art. 43 §1º inciso IV da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao total contratualizado com a instituição financeira autorizada em conformidade com o previsto na Resolução 43 do Senado Federal.

§ 5º Os créditos adicionais observarão as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da legislação vigente, podendo ser utilizados para suplementação, criação ou reforço de dotações orçamentárias, desde que devidamente justificados e compatíveis com as metas fiscais estabelecidas.

§ 6º A movimentação Fonte de Recurso dentro do mesmo elemento de despesa, mesma conta orçamentaria, mesmo órgão, será feita mediante documento que demonstre essa movimentação e não entrará para o limite de Crédito Adicional previsto nos incisos anteriores.

Art. 53. Poderá ser concedido abono aos profissionais da educação básica em efetivo exercício, com recursos do FUNDEB, desde que observados o cumprimento dos percentuais mínimos de aplicação na remuneração dos profissionais da educação básica, nos termos da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e a disponibilidade financeira apurada ao final do exercício.

Parágrafo único. O pagamento do abono de que trata o caput terá caráter excepcional, não permanente, e não será incorporado à remuneração para quaisquer efeitos legais, devendo ser devidamente justificado e compatível com a execução orçamentária e financeira do exercício.

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007/2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

Art. 54. O Poder Executivo publicará, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal previsto na LRF, por órgão integrante do orçamento fiscal e da seguridade social.

Art. 55. Conterá do Sistema de CONTABILIDADE, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.

§ 1º Os relatórios constantes no caput desta lei serão estipulados de acordo com as Normas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

§ 2º O relatório de execução orçamentária não constará duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

§ 3º O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

§ 4º Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o caput deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

Art. 56. O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. Quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalhos;
- II. Quadros demonstrativo das naturezas de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- III. Quadro da programação financeira e o cronograma de desembolso financeiro.

Art. 57. O Poder Executivo poderá utilizar sistema eletrônico de processamento de dados para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, utilizando o sistema.

Art. 58. Poderá o Município, Poder Executivo ou Poder Legislativo fixar convênios ou termos de cooperação com entidades representativas de classe, mediante apresentação do Convênio.

Art. 59. As ações vinculadas a Criança e ao Adolescente deverão ser vinculadas sobre as privações que afetam crianças e adolescentes e os desafios atuais, que incluem o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza extrema, priorizando a alfabetização e as persistentes desigualdades raciais, combatendo a condição de pobreza e o acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, esporte, lazer, cultura, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação.

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.

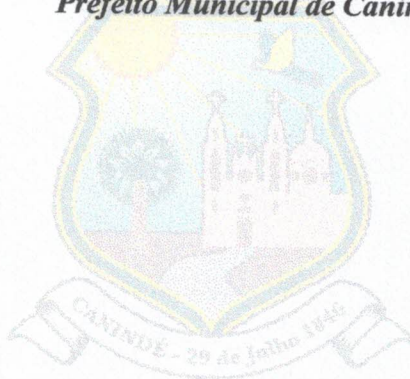
Art. 60. Aplicam-se a esta Lei as demais disposições contidas na Lei nº. 4320/64 e Lei Complementar Nº. 101/2000, no que concerne à esfera municipal.

Art. 61. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62. Revogam-se as disposições em contrário.

Canindé-CE, 23 de julho de 2026.


FRANCISCO JARDEL SOUSA PINHO
Prefeito Municipal de Canindé



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDÉ
O TRABALHO QUE TRANSFORMA!

Originário do Projeto de Lei nº 007/2026, de 10 de abril de 2026, de autoria do Poder Executivo, e das Emendas Aditivas nº 005 e 007//2026, de autoria, respectivamente, dos Vereadores Sargento Nascimento e Karlinda Coelho, e da Emenda Modificativa nº 009/2026, de autoria do Vereador Manoel Deodato.